



Índice

- 01** [Com medo de PEC, índios vão cobrar calendário para entrega de terras em MS](#)
- 02** [Presença da Força Nacional não impede novos conflitos entre indígenas e produtores rurais no sul da Bahia](#)
- 03** [Índios bloqueiam a BA-001 entre Arraial e Trancoso](#)
- 04** [Às vésperas de reunião, índios de MS falam em 'fazer valer direitos'](#)
- 05** [Primeira indígena do curso de medicina da UFT conclui graduação](#)
- 06** [Confronto entre fazendeiros e índios se agrava no sul da Bahia](#)
- 07** [Começa hoje na Umutina reunião com lideranças indígenas de todo o país](#)
- 08** [Governo mantém na gaveta 21 processos de demarcação de Terras Indígenas](#)
- 09** [MPF/RR firma acordo com empresa para construção de posto de saúde em área indígena](#)
- 10** [Funai diz que Norte Energia descumpre condicionante indígena em Belo Monte](#)



Com medo de PEC, índios vão cobrar calendário para entrega de terras em MS
SÍTIO REGIÃO NEWS, 26.08.2013

Os terenas também cobram a inclusão dos kadiwéus na força-tarefa para dar fim ao conflito entre índios e fazendeiros.

Com nova reunião sobre as demarcações agendada para amanhã em Brasília, os índios querem que o governo federal conclua o processo antes que a PEC 215 (Proposta de Emenda à Constituição) possa entrar em vigor. A legislação retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas. Eles vão cobrar a entrega de um calendário.

Caso a regra mude, o Congresso Nacional passa a ter competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas. A PEC foi aprovada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e agora será avaliada por uma comissão especial na Câmara Federal.

“É uma preocupação para nós. Temos a informação que vão criar a comissão especial no dia 4 de setembro”, afirma Lindomar Ferreira, líder terena. Para ele, a lentidão do processo, com reuniões para marcar reuniões, pode resultar num acordo sem validade, caso o Congresso fique apto a também se pronunciar sobre as demarcações.

Neste fim de semana, em reunião na aldeia Adeinha, no município de Anastácio, foi decidido que os indígenas vão cobrar amanhã um cronograma com datas e prazos para entrega das terras em litígio.

Os terenas também cobram a inclusão dos kadiwéus na força-tarefa para dar fim ao conflito entre índios e fazendeiros. Na última terça-feira, um grupo invadiu a fazenda Limoeiro, em Corumbá. Os seguranças foram amarrados e acusam os índios de agressão. A fazenda possui 538 mil hectares, sendo 160 mil em disputa na Justiça desde 1987.

A história da terra dos kadiwéus remonta ao Segundo Reinado, quando o imperador Dom Pedro II doou a área como contrapartida pela participação dos indígenas na Guerra do Paraguai. Há 25 anos, tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) uma ação em que produtores e índios disputam 160 mil hectares.

Sidrolândia - No último dia 13 de agosto, representantes dos governos federal e estadual decidiram, em reunião na Capital, que as 31 fazendas localizadas na Reserva Buriti, em Sidrolândia, serão adquiridas pela União por meio de TDA (Título da Dívida Agrária).

Também foi anunciado que, em um prazo de 60 dias, o governo federal fará levantamentos das áreas e de benfeitorias nas propriedades rurais para que se chegue a um valor exato que deve ser pago pelos hectares comprados.



Presença da Força Nacional não impede novos conflitos entre indígenas e produtores rurais no sul da Bahia

SÍTIO RURAL BR, 26.08.2013

Desentendimentos começaram depois que produtores rurais, segundo alegaram, foram provocados por índios armados que circularam de automóvel no centro de Buerarema

Menos de uma semana após a chegada de policiais da Força Nacional ao município de Buerarema, na Bahia, os moradores voltaram a viver momentos de grande tensão durante o fim de semana. Casas foram incendiadas e ao menos uma loja e uma agência dos Correios foram depredadas. Neste momento, dezenas de produtores rurais estão acampados na cidade devido à ocupação de suas propriedades, nas últimas semanas, por índios tupinambás.

No sábado, dia 24, policiais militares chegaram a usar bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral para conter os ânimos. Segundo o escrivão da delegacia de Buerarema, Clériston Espínola de Azevedo, os conflitos começaram depois que produtores rurais, segundo alegaram, foram provocados por índios armados que circularam de automóvel no centro da cidade.

– A cidade virou uma praça de guerra e se o governo federal não intervier para resolver a situação, a tendência é a coisa piorar – disse o escrivão.

Segundo ele, em torno de 60 fazendas foram ocupadas desde o começo do mês e, atualmente, o escrivão calcula que o número de pequenos produtores acampados em uma praça, no centro do município, já alcança 50.

– O clima continua tenso. Toda hora chega um produtor dizendo ser ameaçado por índios na iminência de entrar em suas terras – disse Azevedo.

De acordo com o delegado federal Samuel Rodrigues Martins, ao menos mais uma fazenda da região foi ocupada no último final de semana. Os policiais federais foram acionados, mas, quando chegaram ao local, a ocupação já havia sido consumada.

– A área reivindicada pelos índios abrange parte de Buerarema, de Una e de Ilhéus. É uma área muito grande e como nosso efetivo é pequeno, não conseguimos monitorar tudo, a fim nos anteciparmos às ocupações. Temos feito o possível para manter o controle, mas a sensação é de estarmos tentando apagar fogo. Vamos lá para tentar mediar os conflitos enquanto não se chega a uma decisão definitiva. O clima é de tensão constante, com ambos os lados dizendo ter direitos. Tudo tem que ser feito com muito cuidado, para evitarmos a violência – comentou o delegado federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2013

Brasília, 27 de agosto de 2013.

A pedido do governador da Bahia, Jaques Wagner, integrantes da Força Nacional chegaram à cidade no último dia 18 e o efetivo local da Polícia Militar foi reforçado. A tropa deve permanecer em Buerarema até pelo menos 27 de agosto, com o objetivo de garantir a segurança local e prevenir o agravamento dos conflitos entre índios e produtores rurais. O prazo, no entanto, pode ser prorrogado. A Força Nacional já atuou no município entre abril de 2012 e maio de 2013.

Os índios reivindicam que o processo de criação de uma reserva indígena de 47 mil hectares seja concluído. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial. A ocupação das fazendas já vinham ocorrendo desde o início do ano, mas se intensificaram a partir do início do mês, provocando reação não só dos donos das fazendas ocupadas, mas de outros segmentos que se sentem afetados pela ação indígena.

Há duas semanas, produtores rurais protestaram pela desocupação das propriedades invadidas. Ao bloquearem a rodovia federal BR-101 por cerca de dez horas, a manifestação fugiu ao controle. Equipamentos públicos e ao menos uma agência bancária foram depredados. Veículos oficiais foram incendiados – entre eles um carro que transportava quatro índios, sendo duas crianças, de Itabuna para Pau Brasil.

AGÊNCIA BRASIL



Índios bloqueiam a BA-001 entre Arraial e Trancoso

SÍTIO RADAR 64, 26.08.2013

Índios pataxó da Aldeia Velha, em Trancoso, interditam a BA-001, no litoral sul de Porto Seguro, desde às 06h da manhã desta segunda-feira (26). O protesto - que acontece no entroncamento de Arraial d'Ajuda e Trancoso, não tem hora para terminar.

Segundo o cacique Urubaiá, a rodovia só vai ser liberada se a prefeita Cláudia Oliveira for ao local negociar pessoalmente. Eles reivindicam diversas melhorias para a comunidade indígena, como reforma de uma escola, conclusão de uma quadra de esportes e uma administração na área.

Josemar Siquara, chefe-de-gabinete da prefeita Cláudia Oliveira, disse que a prefeita marcou para esta terça-feira (27), 14h30, na Casa da Lenha, uma reunião com as lideranças da Aldeia Velha para tratar do assunto.



Às vésperas de reunião, índios de MS falam em 'fazer valer direitos'

SÍTIO RONDA DO MS, 26.08.2013

Novo encontro para discutir conflito agrário ocorre na terça em Brasília. Ministério da Justiça e Funai falam de ocupações feitas por kadiwéu.

Lideranças indígenas terena de Mato Grosso do Sul divulgaram carta, no domingo (25), em que afirmam que irão cobrar do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solução definitiva para o conflito agrário. Na terça-feira (27), representantes de índios e produtores rurais voltam a se reunir com a comissão encabeçada por Cardozo para discutir o assunto em Brasília.

No último encontro, o governo federal propôs Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para comprar terras do governo do estado, que, por meio destes títulos, indenizaria produtores rurais em áreas que seriam devolvidas às comunidades indígenas. Como viabilizar a proposta, na prática, deve dominar a nova reunião.

Na carta, os terena afirmam que se reuniram no sábado (24), em Anastácio, para discutir a pauta de reivindicações. "Já estamos cansados de reuniões para marcarmos outras reuniões", diz um trecho do documento. Os terena declaram que levarão as decisões, resultados do encontro em Anastácio, ao ministro. "Caso o Ministro da Justiça não apresente o Cronograma de Execução, os povos indígenas de Mato Grosso do Sul irão fazer valer os seus direitos".

Os indígenas enfatizam que o prazo inicial proposto pela União para solução do caso venceu no dia 5 de agosto. "Exigimos imediatamente a apresentação do Cronograma de entrega de terras aos povos indígenas de Mato Grosso do Sul, com datas e prazos estipulados de cada Terra Indígena", afirma outra parte da carta.

Kadiwéu

No documento, as lideranças também mencionam o caso dos kadiwéu, que ocuparam duas fazendas nas regiões de Porto Murtinho e Corumbá na semana passada. Conforme os indígenas, os kadiwéu foram excluídos das negociações sob argumento de que a questão desta etnia é "mais simples" e acusam o governo federal de falta de empenho.

"A terra do Povo Kadiwéu está homologada, entretanto, nada é feito para fazer a desinstrução dos invasores que lá estão. Queremos que a Justiça seja célere, da mesma forma como é quando se trata de reintegração de posse contra a comunidade indígena", dizem as lideranças em outro trecho da carta.

Por meio da assessoria, a Fundação Nacional do Índio (Funai) justificou que a terra indígena kadiwéu está fora das áreas que fazem parte do acordo, "uma vez que já está regularizada, dependendo somente da retirada de alguns ocupantes por pendência judicial".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2013

Brasília, 27 de agosto de 2013.

Já o ministério da Justiça informou que a pasta do governo federal está tratando a questão das demarcações em todo país com “seriedade, diligência” e que a preocupação é “garantir os direitos determinados pela Constituição”.

“Esse é um processo doloroso e que gera impasses que param na Justiça”, disse José Eduardo Cardozo, acrescentando que um “aparato de guerra” é mobilizado para garantir a segurança no campo com atuação da Força Nacional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, com acompanhamento das polícias nos estados.

O ministério da Justiça ainda afirma que, mesmo diante da nova ocupação feita pelos índios em Corumbá, o objetivo da comissão é “definir um cronograma de reuniões periódicas, cujo objetivo sirva para que os representantes do governo federal tomem medidas rápidas a respeito da demarcação de terras no Brasil e evitem que as decisões caiam no trâmite do Poder Judiciário, o que naturalmente traria mais lentidão nos processos de decisão”.

- G1 MS

Primeira indígena do curso de medicina da UFT conclui graduação

SÍTIO G1/TOCANTINS, 26.08.2013

*Ela entrou na universidade pelo sistema de cotas para indígenas.
Wilses de Sousa Tapajós diz que vai se inscrever no Mais Médicos.*



Wilses Tapajós é a primeira indígena a se formar no curso de medicina da UFT (Foto: Wilses Tapajós/Arquivo Pessoal)

Wilses de Sousa Tapajós, de 44 anos, é a primeira indígena a se formar no curso de medicina da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A colação de grau aconteceu na última sexta-feira (23). A indígena faz parte da primeira turma do curso de medicina da universidade, que iniciou no ano de 2007. Ela ingressou na universidade através do sistema de cotas para indígenas.

Nos seis anos de faculdade, Wilses conta que superou desafios, teve que conciliar estudo, trabalho e família. No dia da colação, um dia antes do seu aniversário, ela recebeu o diploma das mãos do cacique da sua aldeia, Francisco Clodovaldo Tapajós, que também é irmão dela. A família dela, que é do Pará, veio para o Tocantins para comemorar a conquista.

Na década de 90, Wilses já havia se formado em enfermagem pela Universidade Estadual do Pará. Atuou na profissão e se mudou para Araguaína, norte do Tocantins, depois de ser aprovada em concurso público para a função, em 1998. Nove anos depois, se mudou para Palmas, depois de passar no vestibular do curso de medicina da UFT. A universidade foi a primeira da região norte a adotar o sistema de cotas para indígenas, em 2006.

CONT.



Wilses, que fez o ensino primário em uma escola pública na aldeia Caridade, localizada no território indígena Cobra Grande, em Santarém (PA), diz que não teve dificuldades com a língua portuguesa ao entrar na universidade. A grande dificuldade foi aprender o conteúdo do curso. "Eu 'apanhei' na parte básica de conteúdo de biologia. Todos os colegas já tinham conhecimento sobre o assunto porque estudaram em escolas boas. Mas, eu não. Houve momentos que cheguei a pensar: Será que estou no lugar certo?", desabafa.

A médica conta que conseguiu se adaptar com a ajuda dos colegas já que os seis anos de faculdade não foram fáceis. Wilses passava o dia inteiro na universidade e à noite fazia plantão em um hospital público de Palmas. Ainda durante a graduação, ela resolveu fazer um curso de pós-graduação. Por dois anos, fez o curso on line voltado à saúde indígena. E se durante o dia ela não tinha tempo para se dedicar à pós-graduação, resolveu estudar de madrugada. "Eu comecei a tomar remédio controlado, tive que ir ao psiquiatra, cheguei a usar antidepressivo porque eram muitas as responsabilidades. Tinha a faculdade, a especialização, o trabalho e a família", relata Wilses que é casada e tem três filhos.

Agora formada, ela olha para trás com orgulho e diz que quer usar a medicina para contribuir com o povo indígena. "O meu desejo de contribuir com a saúde indígena é grande. Vejo alguns indígenas que entram na universidade e se perdem na multidão. Depois de formados não contribuem com seus povos."

Wilses diz que vai se inscrever no Programa Mais Médicos do governo federal. O desejo dela é ser selecionada para o Tocantins e atuar em um Distrito Sanitário Especial Indígena. "Quanto ao programa tenho duas visões. Só médicos não resolvem o problema, precisamos ter apoio e infraestrutura. Mas acredito que é bom para o médico conhecer a realidade do interior, adquirir experiência. Não vejo como um castigo", finaliza a índia.



Confronto entre fazendeiros e índios se agrava no sul da Bahia

SÍTIO A FOLHA DE SÃO PAULO, 26.08.2013

Vinte e cinco fazendas foram invadidas por grupo tupinambá

DE SALVADOR

Mesmo com a presença da Força Nacional de Segurança desde o início da semana passada, confrontos entre índios e produtores rurais voltaram a ocorrer anteontem em Buerarema (a 450 km de Salvador), no sul da Bahia.

Em resposta a grupos de índios tupinambás que invadiram 25 propriedades da região, fazendeiros atearam fogo a oito casas onde vivem indígenas, de acordo com a Polícia Civil. Os fazendeiros também depredaram uma agência dos Correios e saquearam um mercado local.

Segundo os índios, as propriedades estão em áreas indígenas. O cacique Val Tupinambá afirmou que as invasões são uma tentativa de pressionar o governo federal a publicar a demarcação de 47,3 mil hectares de área indígena nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una.

Na área, há cerca de 600 fazendas. A estimativa é que ao menos 300 índios participam das invasões.

A polícia diz que o acirramento da disputa teve início após a chegada do irmão de um cacique, que teria insuflado o grupo a "assustar" os moradores, andando com armas pelo município.

O envio da Força Nacional, no dia 18, ocorreu após a intensificação do conflito a partir do dia 15, quando dois índios foram baleados numa estrada. Eles estão internados no Hospital de Base, em Itabuna, e não correm risco. Dois dias depois, durante protesto na BR-101, fazendeiros incendiaram três veículos da Secretaria Especial de Saúde Indígena, ligada ao Ministério da Saúde.

Eles relataram que, numa das invasões, índios atiraram coquetéis molotov na mercearia de uma fazenda. Não houve feridos. No último dia 17, um fazendeiro cuja propriedade foi invadida disse à Folha que a situação na região ficaria mais tensa. "Os índios estão botando todo mundo para correr."



Começa hoje na Umutina reunião com lideranças indígenas de todo o país

SÍTIO BARRA 1, 26.08.2013

A aldeia Umutina realizará em seu território nos próximos dias 26 a 30 de agosto uma reunião que contara nos dois primeiros dias, 26 e 27, com a presença do governador, Silval Barbosa e várias autoridades de Brasília para tratar da realidade dos povos indígenas do estado do Mato Grosso. Nos dois últimos dias serão discutidas a realidade a nível nacional com lideranças indígenas de todos os estados brasileiros.

O site Barra1 conversou com Miro Carlos Mizoré, presidente da Organização da Aldeia Umutina de Barra do Bugres, que nos informou que o objetivo da reunião é criar uma organização a nível estadual para defender os direitos indígenas no território mato-grossense.

Miro salientou que reuniões como estas serão realizadas em todo o território nacional e que elas são uma iniciativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, C O I A B.

Um dos assuntos que serão discutindo segundo Miro, é a questão agrária envolvendo territórios indígenas e a violência que o assunto vem gerando em vários estados da união. Segundo Miro, o indígena brasileiro não quer manter nenhum tipo de conflito, ele apenas quer o reconhecimento dos seus direitos, incluindo o direito a terra para poder manter seus costumes, sua cultura e criar seu filhos.

Miro informou que até o momento já estão confirmadas a presença de 400 lideranças indígenas do Brasil na reunião de Barra do Bugres.

Com reportagem de J.B da redação Eder Bevilaqua



Governo mantém na gaveta 21 processos de demarcação de Terras Indígenas SÍTIO MERCADO ÉTICO, 23.08.2013

ISA

O governo federal mantém parados 21 processos de demarcação de Terras Indígenas (TI): 14 aguardam a assinatura de decreto de homologação pela presidenta Dilma Rousseff e outros sete a portaria declaratória do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. As áreas somam quase dois milhões de hectares.

As informações são oficiais e foram divulgadas, na segunda (19/8), pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em uma reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em Brasília (veja tabela abaixo). Os dados são de maio deste ano.

O governo de Dilma Rousseff tem o pior desempenho, desde a democratização do País, na regularização de TIs (veja aqui). A portaria declaratória e o decreto de homologação são as duas principais etapas finais do processo de demarcação (saiba mais).

PROCESSOS ENCAMINHADOS AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (atualizado em 17.05/2013)

I) EXPEDIÇÃO DE PORTARIA DECLARATÓRIA

Terra Indígena	UF	Grupo	Superfície (ha)	Processo	Encaminhamento	Situação
BARRA VELHA DO MONTE PASCOAL	BA	Patuxó	52.748	28870.02556/1982-86	19.07.2012	Em análise
IRAPUÁ	RS	Guarani	222	08620.000704/1995-87	04.04.2013	
KAWÁHIVA DO RIO PARDO	MT	Isolado	411.884	08620.001791/2003-51	26.04.2013	
TAUNAY-IPEGUE (*)	MS	Terena	33.900	28870.000289/1985-55	27.03.2013	
TUMBALALÁ	BA	Tumbalalá	44.978	08620.001332/2009-62	19.01.2012	
TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA	BA	Tupinambá	47.376	08620.001523/2008-43	07.02.2012	
VOTOURO/KANDÓIA	RS	Kaingang	5.977	08620.000221/2003-43	19.03.2012	

II) EXPEDIÇÃO DE DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

Terra Indígena	UF	Grupo	Superfície (ha)	Processo	Encaminhamento	Situação
ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU	PA	Arara	25.524,5931	08620.008845/2012-08	25.06.2012	Em análise
ARARA DO RIO AMÔNIA	AC	Arara	20.534,2205	08620.050892/2012-46	08.04.2013	
ARARY	AM	Mura	40.548,5720	08620.062432/2012-61	26.03.2013	
BANAWÁ (*)	AM	Banawá	192.659,2205	08620.001139/2011-46	04.07.2011	
CACHOEIRA SECA	PA	Arara	733,688	08620.050825/2012-21	09.10.2012	
CACIQUE FONTOURA	MT	Karajá	32,069	08620.001304/2010	26.08.2010	
MANOKI	MT	Iranxe	250,593,8293	08620.008856/2012-80	26.03.2013	
MORRO DOS CAVALOS	SC	Guarani Mbyá e Nandéva	1,997	08620.001922/2011-18	29.09.2011	
PEQUIZAL DO NARUVÓTU	MT	Naruvote	27.878,5029	08620.023116/2012-73	26.03.2013	
POTIGUARA DE MONTE-MOR	PB	Potiguara	7,487	08620.001163/2011-85	06.09.2011	
RIO DOS ÍNDIOS	RS	Kaingang	712	08620.0006/2006	15.04.2011	
SETEMA	AM	Mura	49,772,9558	08620.079603/2012-91	01.03.2013	
TABOCAL	AM	Mura	906	08620.002311/2009	29.11.2010	
TOLDO IMBU	SC	Kaingang	1,965	08620.001538/2011-15	12.09.2011	

(*) processos que retomaram em diligência e foram devolvidos ao MJ

Há vários outros processos que, teoricamente, poderiam ser encaminhados para o ministro da Justiça ou a presidenta, mas possuem pendências técnicas ou jurídicas, como decisões judiciais contrárias, prazos de contestação em aberto, demarcação física em curso, por exemplo (veja CONT.



aqui os números gerais sobre TIs no País). Ou seja, o quadro divulgado pela Funai inclui apenas os processos livres de qualquer empecilho burocrático e que ainda não foram concluídos por falta de decisão política.

“Com a gaveta cheia de processos de demarcação, a conversa do governo de aproximação com os índios torna-se vazia”, critica Márcio Santilli, sócio-fundador do ISA. “Retardar as demarcações por falta de vontade política é expor as comunidades dessas terras, gratuitamente, à ação violenta dos interesses contrariados.”

A demora em finalizar os processos torna vulneráveis as populações que demandam essas áreas à ação de madeireiros, grileiros, garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais.

Demandas urgentes

Na lista divulgada pela Funai, consta a TI Taunay-Ipegue, do povo Terena, com 33,9 mil hectares, no Mato Grosso do Sul, cujo processo foi aprovado e publicado pelo presidente da Funai em agosto de 2004. Depois de nove anos, aguarda a assinatura de portaria declaratória.

O estado é palco do maior número de conflitos em TIs e de uma negociação espinhosa entre governos federal e estadual, fazendeiros e comunidades indígenas para resolvê-los (saiba mais).

A lista inclui ainda pequenas áreas Kaingang, Guarani, Guarani Mbyá e Guarani Ñandeva, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A demanda pela oficialização de TIs nos dois estados também é urgente por causa das terras, em geral, diminutas destinadas aos povos indígenas (leia mais no box abaixo).

Recentemente, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pediu ao Ministério da Justiça a suspensão indiscriminada das demarcações no Paraná e no Rio Grande do Sul com base em um suposto relatório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que contestaria a ocupação tradicional indígena. Conforme divulgado pelo ISA, o órgão não realizou nenhum estudo, mas apenas enviou dados à Casa Civil sobre uso e ocupação da terra por não indígenas (veja aqui).

Também está na lista da Funai a TI Cachoeira Seca (PA), dos índios Arara, contatados só em 1987. A área foi declarada, em 1993, com 760 mil hectares, mas, por causa da presença de muitos ocupantes não indígenas, o processo sofreu pressões e os estudos foram refeitos. Em 2008, a TI foi novamente declarada com 733,6 mil hectares. Várias tentativas de demarcação física foram feitas, pois os ocupantes não índios impediam sua realização. Afinal, a TI foi demarcada e encaminhada, em outubro de 2012, para ser homologada. A homologação é uma das condicionantes socioambientais da licença da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA).

A assessoria da Casa Civil comunicou que informações sobre processos de demarcação deveriam ser solicitadas ao Ministério da Justiça. A assessoria do ministério não retornou pedido de esclarecimento sobre a não conclusão dos 21 processos de demarcação até o fechamento desta notícia.

CONT.



TIs são muito pequenas no centro-sul do País

A maioria das TIs no centro-sul do País tem extensão muito pequena e insuficiente para garantir condições de vida adequadas para as comunidades indígenas, conforme determina a Constituição.

Pouco mais de 51% da população indígena do País vive fora da Amazônia Legal, mas ocupando menos de 1,5% do total das TIs, segundo o censo do IBGE de 2010. Os indígenas somam 896,9 mil pessoas no Brasil.

O caso mais grave de falta de terras está no Mato Grosso do Sul, que tem apenas 2,2% de sua extensão ou 815,9 mil hectares ocupados por TIs, num total de 51 áreas. Apesar disso, vivem no estado 77 mil índios ou 8,5% da população indígena total, segundo maior contingente do País. As TIs sul-mato-grossenses correspondem a apenas 0,7% da área total das TIs brasileiras.

O Rio Grande do Sul tem 46 TIs, totalizando 104,3 mil hectares – 0,3% da área total do estado e 0,09% da área total de TIs no Brasil. O estado abriga uma população de 34 mil índios ou 3,7% do total.

Santa Catarina resguarda 22 TIs, num total de 83,1 mil hectares – 0,8% da extensão do estado e 0,07% do território das TIs brasileiras. O estado tem uma população indígena de 18,2 mil índios ou 2% do total.

(ISA)



MPF/RR firma acordo com empresa para construção de posto de saúde em área indígena

SÍTIO SECOM/MPF/RR, 26.08.2013

O Ministério Público Federal em Roraima assinou acordo (Termo de Ajustamento de Conduta) com a empresa Paramazônia Táxi Aéreo Ltda para a construção de um posto de saúde na comunidade Serra do Sol - Distrito Sanitário Indígena Leste, a título de indenização pelo dano moral coletivo das comunidades indígenas decorrente da paralisação dos voos, que culminou com a morte de uma indígena no mês de junho.

Conforme o MPF o objetivo do Termo de Ajustamento de Conduta é buscar reparar os prejuízos causados à saúde indígena em virtude da decisão da ANAC que suspendeu o Certificado de Homologação de Transporte Aéreo à Paramazônia por descumprimento do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil.

O valor total estimado da obra de responsabilidade da empresa é de R\$ 180 mil reais incluindo o gasto com transporte. A construção do posto de saúde não poderá ser realizada com materiais de qualidade inferior aos exigidos pelo projeto apresentado pelo Distrito Sanitário Indígena – Leste e deverá atender o cronograma previsto.

Já para o Distrito Sanitário Indígena – Yanomami, a empresa Paramazônia Táxi Aéreo deverá doar uma máquina de fabricar tijolos para a região de Maturacá no valor estimado de R\$ 7,8 mil. A máquina de tijolos irá possibilitar a construção de mais um posto de saúde.

O descumprimento de qualquer uma das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta poderá resultar na aplicação de multa diária à empresa, além de responsabilidades por eventual ato de improbidade administrativa por parte dos representantes legais e possibilidade de propor ação judicial de execução específica das obrigações.

No mês de junho de 2013, o MPF expediu recomendação à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e ao Distrito Sanitário Especial Leste (DSEI-Leste) com o objetivo de apurar possível falta funcional dos servidores que não providenciaram transporte para locomover a paciente indígena até Boa Vista/RR. Além disso, o MPF requisitou instauração de inquérito policial para apurar eventual responsabilidade criminal pela morte da indígena.

Outras obrigações – A empresa Paramazônia também fica obrigada a comunicar aos órgãos públicos com os quais mantém contrato de prestação de serviços, sobre a ocorrência de suspensão, revisão ou qualquer outra medida que possa afetar a regularidade dos voos.

Além disso, a empresa se compromete a somente operar voos com pilotos com carteira assinada e não deve permitir voos com pilotos que estiverem sem permissão para voar, além de manter em dia, o treinamento dos pilotos. Também não deve prestar serviços de transporte aeromédico sem a autorização devida do órgão fiscalizador.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 154 / 2013

Brasília, 27 de agosto de 2013.

De acordo com o procurador da República Gustavo Kenner Alcântara o transporte aéreo nas áreas dos DSEIs Leste de Roraima e Yanomami é fundamental para a efetivação do direito à saúde dos povos indígenas, no que tange à entrega de medicamentos, à remoção de doentes ou ao deslocamento de equipes de profissionais da saúde, uma vez que se tratam de lugares distantes e de difícil acesso.

“Considerando o dano moral coletivo das populações indígenas causado pela suspensão dos voos, observamos a necessidade de construção de dois postos de saúde, um no DSEI – Yanomami e outro no DSEI – Leste Roraima, para melhoria das condições de atendimento da saúde dos índios, de modo a permitir o maior número de tratamentos na própria área indígena, possibilitando aos enfermos que recebam cuidados próximo de suas famílias e de suas comunidades” disse.



Funai diz que Norte Energia descumpre condicionante indígena em Belo Monte
SÍTIO RICO.COM.VC, 26.08.2013

SÃO PAULO, 26 Ago (Reuters) - A Funai enviou ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) dizendo que a Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica Belo Monte, não cumpriu condicionante relacionada à compra de terra para indígenas.

Segundo o ofício, encaminhado pela assessoria de imprensa do Ministério Público Federal do Pará, a Norte Energia descumpriu e se recusa a adquirir e estabelecer reserva indígena para a comunidade Juruna da aldeia Boa Vista, também conhecida como Juruna do km 17.

"Tendo em vista a responsabilidade do órgão licenciador, solicitamos que sejam adotadas as medidas pertinentes previstas na legislação ambiental no sentido de responsabilizar o empreendedor pelo descumprimento da condicionante", diz a Funai no ofício, encaminhado pela presidente da Funai Maria Augusta Assirati, em 21 de agosto, ao presidente do Ibama, Volney Zanardi.

O Ministério Público Federal informa que as sanções previstas na legislação vão de multa à suspensão da Licença de Instalação.

O MPF disse em comunicado que a Norte Energia comunicou que não iria cumprir a obrigação porque considerava que seria de responsabilidade do governo federal. A Norte Energia não pôde responder imediatamente à solicitação por comentário.

A nota técnica enviada ao Ibama explica que a condicionante de compra de terras para mudança das casas dos Juruna estava prevista há mais de quatro anos e teria que ter sido finalizada há pelo menos 2 anos, antes do recebimento da licença de instalação.

(Redação São Paulo; REUTERS AFR)